

Marlon Gomes Ney¹
Paulo Marcelo de Souza²
Niraldo José Ponciano³

Desigualdade de renda e mudanças recentes na precariedade do emprego na agricultura, indústria e serviços

Introdução

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) têm mostrado uma queda sistemática do nível de desigualdade de rendimentos no Brasil desde o início da década de 2000. O índice de Gini da distribuição da renda domiciliar *per capita*, que era de 0,592 em 2001, diminuiu continuamente até chegar a 0,543 em 2009 (HOFFMANN e NEY, 2008 e IPEA, 2011). A redução da desigualdade é especialmente importante não só porque o país está ainda entre os mais desiguais do mundo, como também porque estudos mostram que ela é a principal responsável pelo elevado nível de pobreza e indigência no Brasil (BARROS *et alii*, 2001 e HOFFMANN, 2005b).

¹ Doutor em Economia Aplicada pela Unicamp e professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. E-mail: marlonney@uenf.br.

² Doutor em Economia Aplicada pela UFV e professor do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da UENF. E-mail: pmsouza@uenf.br.

³ Doutor em Economia Aplicada pela UFV e professor do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da UENF. E-mail: ponciano@uenf.br.

Antes da recente queda da desigualdade de renda, mais precisamente no início da década de 2000, Barros *et alii* (2001) estimavam que a redução da pobreza seria muito mais sensível à equidade do que ao crescimento econômico. A análise foi confirmada por estudo publicado recentemente. De acordo com Barros *et alii* (2010), em decorrência do forte aumento na renda da população mais pobre, o número de pobres no Brasil caiu de 64,2 milhões, em 2001, para 50,6 milhões, em 2007, uma queda de cerca de 21%. A proporção de pobres, por sua vez, diminuiu, no mesmo período, de 38,6% para 28% da população, sendo que metade dessa variação se deve à redução no grau de desigualdade. O mesmo declínio acentuado na pobreza só poderia ser alcançado sem qualquer redução no grau de desigualdade se “houvesse taxas de crescimento da renda *per capita* extremamente elevadas” (HOFFMANN, 2010: 23).

A retomada do crescimento econômico e a queda da desigualdade colocam o país com boas condições de continuar diminuindo o grau de pobreza. De acordo com os dados da PNAD, a remuneração do trabalho representa cerca de 76% da renda domiciliar, sendo de longe o componente de maior peso no seu rendimento. O segundo componente mais importante são as aposentadorias e pensões oficiais, as quais representam quase 18% do ganho domiciliar (HOFFMANN e NEY, 2008). Uma redução significativa da desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* e, por conseguinte, do grau de pobreza no país, passa, portanto, quase que necessariamente por uma diminuição das disparidades de renda do trabalho. E é o que de fato está acontecendo.

Mesmo utilizando metodologias diferentes, os estudos de Barros *et alii* (2010) e Hoffmann e Ney (2008) mostram que a renda do trabalho foi o componente da renda familiar que mais contribuiu para a redução da desigualdade. Para os primeiros autores, mais da metade da queda do

índice de Gini da distribuição da renda familiar *per capita* no país de 2001 a 2007, não teria ocorrido se a distribuição da renda derivada do trabalho não tivesse se modificado. Os resultados são bastante coerentes com os do estudo de Hoffmann e Ney (2008), para quem a diminuição das disparidades na distribuição da renda de todos os trabalhos seria responsável por cerca de 57,6% da redução da desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*, entre 2001 e 2006. A segunda contribuição mais importante seria dada por rendas não derivadas do trabalho, especialmente as provenientes da expansão dos programas oficiais de auxílio, que responderiam por pouco mais de $\frac{1}{4}$ da queda da desigualdade.

Conforme poderá ser observado na terceira seção deste artigo, há uma clara tendência de queda na disparidade da distribuição da renda de todos os trabalhos, de 2001 a 2009. O índice de Gini cai sistematicamente de 0,55, em 2001, até chegar a 0,50, em 2009. No entanto, analisando separadamente as pessoas ocupadas por setor de atividade, as mudanças na distribuição da renda apresentam comportamentos bem distintos. O setor de serviços mostra uma nítida trajetória de queda semelhante à da renda do trabalho de todas as pessoas ocupadas. Na indústria, a tendência também é bastante clara. A desigualdade de renda na agricultura, porém, apresenta uma resistência muito maior à queda do que nos demais setores.

De acordo com estudo de Hoffmann e Ney (2004), variações conjunturais de preços de *commodities*, taxa de câmbio e preços de produtos agrícolas para o mercado interno podem afetar significativamente a distribuição da renda na agricultura. Para os autores, o aumento do valor do dólar e dos preços externos de produtos como soja, açúcar e milho é o motivo do aumento das disparidades de rendimentos agrícolas de 1999 a 2001. Embora possa haver explicações conjunturais para a queda da desigual-

dade a partir de 2005, como a valorização do real, que prejudica a rentabilidade das exportações e, conseqüentemente, o rendimento do grande produtor rural, o objetivo deste trabalho é estudar as razões estruturais da maior resistência à queda da concentração da renda na agricultura, analisando as mudanças na estrutura fundiária e nas características do emprego agrícola desde 2001.

Como no setor agrícola a concentração fundiária tem um efeito muito mais forte na conformação da renda do que a escolaridade e outros determinantes do rendimento, para entender a evolução da desigualdade é especialmente importante analisar as mudanças ocorridas na distribuição da terra. O problema é que, no caso das estimativas relacionadas à desigualdade fundiária, o mais comum é excluir as pessoas que não têm estabelecimentos agropecuários, porque não possuem terra suficiente para plantar (HOFFMANN e NEY, 2010: 31). Os estudos “tradicionalmente consideram apenas a distribuição da terra entre quem tem estabelecimento (empreendimento) agropecuário, quando utilizam os dados do censo (PNAD), ou propriedade rural, quando usam o Cadastro do Incra”. Nesse sentido, para se entender a maior inércia à queda da distribuição da renda no setor agrícola quando comparada à dos demais setores, também é necessário analisar as mudanças que têm ocorrido em algumas características do emprego na atividade: aumento do valor real do salário mínimo, evolução da participação do emprego temporário e permanente, do emprego com e sem carteira de trabalho assinada, e com menos de 1 salário mínimo.

O objetivo principal do artigo é analisar as mudanças recentes na desigualdade de renda e nas características do emprego na agricultura, comparando com o que acontece na indústria e no setor de serviços. O próximo item descreve a base de dados utilizada na pesquisa, destacando suas principais limitações. A terceira seção analisa as mudan-

ças recentes na estrutura fundiária e na desigualdade de renda na agricultura, indústria e serviços. A quarta seção analisa se as mudanças ocorridas no mercado de trabalho têm contribuído para a diminuição das desigualdades salariais. O quinto item destaca as principais conclusões do artigo, associando a evolução do perfil da distribuição da renda à evolução da participação do trabalho precário no total de empregos gerados.

Informações sobre a base de dados

Hoffmann e Ney (2008) chamam atenção para o fato de que pesquisadores, ao usarem os dados da PNAD, comumente denominam de “salários” a variável que o IBGE denomina “rendimento de todos os trabalhos”. Os autores, porém, ressaltam que, ao divulgar os dados da PNAD, o IBGE denomina “rendimento de trabalho” aquele obtido por meio de qualquer atividade exercida pela pessoa, incluindo não só o salário de empregados, como também “o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamentos de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora” (IBGE, 2007: 48).

Nota-se, portanto, que o montante denominado “renda do trabalho”, nas pesquisas domiciliares, compreende não só o pagamento da força de trabalho na forma de salário, como também rendas altamente regressivas na forma de lucros e renda da terra. Embora a renda do trabalho represente quase 76% de toda a renda domiciliar declarada na PNAD, os rendimentos recebidos pelos assalariados, ou seja, pelos empregados, correspondem a cerca de 50% do rendimento total, sendo os outros 26% ganhos de conta própria e empregadores (HOFFMANN e NEY, 2008). É provável que a maior parte do rendimento dos trabalhado-

res nessas duas últimas posições na ocupação possa ser considerada, efetivamente, remuneração do trabalho, mas certamente há outra parte importante representada por lucros e renda da terra.

Nesse sentido, para analisar as mudanças recentes na distribuição da renda, em cada setor de atividade, as pessoas ocupadas serão classificadas conforme sua posição na ocupação: empregado, conta própria e empregador. A base de dados da pesquisa é constituída pelos microdados das PNAD de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 referentes às pessoas ocupadas na agricultura, indústria e serviços, e com informação sobre a idade, posição na ocupação e valor positivo para os rendimentos no trabalho principal. A exclusão das pessoas sem rendimento no trabalho se deve principalmente ao fato de que boa parte dos agricultores trabalha em atividade de subsistência, sendo que o objetivo principal do artigo é avaliar o que ocorre na agricultura voltada ao mercado. O contingente de agricultores sem remuneração, em 2009, é de cerca de 6,1 milhões, valor muito maior do que o 1,6 milhão de trabalhadores não remunerados nos demais setores de atividade.

A Tabela 1 apresenta o número de pessoas ocupadas com rendimento na agricultura, indústria e serviços. A fim de garantir a comparabilidade dos dados ao longo do tempo, o meio rural da antiga região Norte foi excluído da amostra das PNAD de 2004 a 2009, tendo em vista que até a PNAD de 2003 a área não era pesquisada pelo IBGE. Todas as estimativas foram realizadas ponderando cada observação pelo seu respectivo fator de expansão. Em consonância com a revisão de 2008 das projeções e estimativas populacionais, novos fatores de expansão para as PNAD de 2001 a 2007 foram calculados pelo IBGE e divulgados na PNAD de 2008 para substituir os antigos. Atendendo à recomendação, serão aqui utilizados esses novos pesos.

Tabela 1- Número de pessoas ocupadas com renda na atividade principal, conforme setor de atividade, posição na ocupação e ano de referência. Brasil, 2001 a 2009 (em milhares)

Estatísticas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Todos os setores</i>	61.264	63.494	64.283	66.934	68.838	70.423	71.635	74.020	74.583
Empregado	42.108	44.390	44.937	47.502	48.812	50.308	51.659	53.957	54.419
Conta própria	16.128	16.195	16.416	16.439	16.834	16.773	17.036	16.555	16.761
Empregador	3.028	2.908	2.930	2.992	3.192	3.342	2.941	3.508	3.404
<i>Agricultura</i>	8.553	8.914	9.132	9.260	9.206	9.016	8.582	8.622	8.586
Empregado	4.257	4.458	4.555	4.710	4.747	4.579	4.539	4.548	4.583
Conta própria	3.828	4.041	4.109	4.062	3.962	3.957	3.657	3.644	3.608
Empregador	468	416	468	488	496	480	386	429	396
<i>Indústria</i>	14.543	16.140	16.050	16.874	17.476	17.898	18.698	19.863	19.531
Empregado	10.943	11.046	10.901	11.885	12.052	12.524	13.168	14.127	13.634
Conta própria	2.928	4.354	4.431	4.264	4.662	4.570	4.829	4.818	4.949
Empregador	673	740	718	725	762	804	701	918	949
<i>Serviços</i>	38.167	38.440	39.101	40.800	42.156	43.508	44.355	45.535	46.466
Empregado	26.909	28.886	29.481	30.907	32.012	33.205	33.951	35.282	36.202
Conta própria	9.372	7.801	7.876	8.113	8.210	8.246	8.550	8.092	8.205
Empregador	1.887	1.753	1.744	1.780	1.934	2.058	1.854	2.160	2.059

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados da PNAD.

O setor primário é o único que não apresenta uma trajetória nítida de crescimento no contingente de trabalhadores remunerados na década de 2000: os 8,59 milhões de agricultores em 2009 é ligeiramente superior (0,39%) aos 8,55 milhões observados em 2001. O aumento no número de ocupados em todos os setores é claramente puxado pela indústria e setor de serviços, os quais apresentam, respectivamente, um crescimento de 34,3% e 21,7%, no mesmo período. O resultado é uma queda sistemática da participação da agricultura no total de ocupações de 14%, em 2001, para 11,5%, em 2009.

É importante, porém, ressaltar que houve mudanças na forma de se classificar os ramos de atividade em 2002,

as quais podem explicar, em parte, o maior crescimento do setor secundário (HOFFMANN e NEY, 2011). Ao comparar os resultados setoriais das PNAD de 2001 com os das demais, é preciso sempre considerar a possibilidade de as variações nos resultados serem explicadas, em alguma medida, pelas alterações nas formas de classificação das atividades e não apenas por uma mudança real. Para se obter conclusões mais seguras, é indispensável examinar a sequência dos dados obtidos nas estimativas. Mudanças bruscas no comportamento das estimativas, entre 2001 e 2002, podem ser sempre devidas a alterações na definição dos ramos de atividade. De qualquer forma, vale ressaltar que a nova classificação não afeta significativamente os dados sobre o setor agrícola, nosso objeto principal de estudo.

Em todos os setores de atividade, o crescimento de 29,2% do número de empregados, de 2001 a 2009, foi substancialmente maior do que o de 12,4% de empregadores e de 3,9% de conta própria, sendo os coeficientes de correlação de Pearson com o ano da PNAD, respectivamente, de 0,993, 0,769 e 0,683. No primeiro caso, o coeficiente é estatisticamente significativo ao nível de 1%, e no segundo caso a 5% de significância. O resultado é que a participação dos empregados no total de pessoas ocupadas cresce, sistematicamente, de 68,7%, em 2001, até chegar a 73,0%, em 2009.

Em relação à categoria de conta própria, a indústria é o único setor que apresenta uma tendência nítida de crescimento no contingente de trabalhadores. Na agricultura há, inclusive, uma clara tendência à queda, que pode ser, em parte, explicada pela diminuição do número de arrendatários, parceiros, cessionários e posseiros. Eles passaram de pouco mais de 1,1 milhão de pessoas, em 2001, para 756 mil, em 2008 (HOFFMANN e NEY, 2010). De qualquer forma, o crescimento muito mais forte do contingente de

empregados, em todos os setores de atividade, mostra que o emprego tem atraído muito mais trabalhadores do que o trabalho autônomo, o que se deve, em boa medida, conforme poderá ser observado, às melhorias nas condições do trabalho e dos salários.

Como a PNAD não disponibiliza informações sobre a posição na ocupação e o ramo de atividade do trabalho secundário, todas as estimativas, especialmente dos valores do rendimento do trabalho e das medidas de desigualdade, referem-se exclusivamente à atividade principal. De qualquer forma, a renda total na atividade principal representa cerca de 95% do rendimento de todos os trabalhos.

Desigualdade de renda e na distribuição da posse da terra

Conforme pode se observar na Tabela 2, a desigualdade de rendimentos na agricultura é substancialmente mais alta do que na indústria e no setor de serviços, sendo caracterizada por uma enorme proporção da renda total apropriada por quem está situado na cauda superior da distribuição. Considerando o valor da renda na atividade principal, o 1% mais rico dos agricultores recebia, em 2009, 15% da renda total agrícola, parcela bem próxima da recebida pelos 50% mais pobres, 16,8%. Na indústria, o setor de atividade menos desigual, as proporções recebidas pelos dois estratos são, respectivamente, de 10,6% e 21,7%.

Nota-se ainda que as disparidades de rendimentos, no setor de serviços e na indústria, apresentam uma nítida trajetória à queda, na década de 2000 (ver Tabela 2). Na agricultura, ao contrário, a desigualdade apresenta oscilações bem mais expressivas, sendo que a tendência à queda só pode ser observada a partir de 2005, ano em que

o índice T de Theil chega inclusive ao seu maior valor durante todo o período analisado (0,823) e a proporção da renda total apropriada pelo centésimo mais rico de 20% é substancialmente superior à parcela de 16% apropriada pela metade mais pobre dos agricultores.

Tabela 2 - Principais características da distribuição da renda na atividade principal das pessoas ocupadas com rendimento no trabalho, conforme setor de atividade. Brasil, 2001 a 2009

Estatísticas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Todos os setores</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	15,7	15,9	16,3	16,7	17,1	17,3	18,0	18,4	18,8
10% mais ricos	44,9	44,3	43,7	43,2	42,9	43,0	41,9	41,4	40,7
5% mais ricos	32,3	31,5	30,9	30,5	30,7	30,8	29,8	29,3	28,7
1% mais ricos	13,3	12,7	12,3	12,1	12,5	12,7	12,0	12,1	11,5
<i>Índice de Gini</i>	0,550	0,547	0,539	0,533	0,528	0,526	0,513	0,507	0,500
<i>Índice T de Theil</i>	0,635	0,617	0,599	0,590	0,587	0,586	0,555	0,545	0,521
<i>Agricultura</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	16,3	16,5	15,9	16,3	16,0	15,9	16,5	17,2	16,8
10% mais ricos	47,4	47,9	48,1	47,4	47,6	46,8	45,2	44,0	43,2
5% mais ricos	36,8	37,4	37,6	36,7	37,5	36,7	34,5	33,4	32,3
1% mais ricos	18,6	18,8	19,5	18,0	20,0	19,5	16,0	15,7	15,0
<i>Índice de Gini</i>	0,559	0,560	0,566	0,559	0,562	0,558	0,545	0,535	0,532
<i>Índice T de Theil</i>	0,768	0,786	0,816	0,770	0,823	0,791	0,698	0,668	0,639
<i>Indústria</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	19,0	18,4	18,8	19,8	19,6	19,8	20,6	21,2	21,7
10% mais ricos	41,9	42,7	42,0	40,0	41,2	41,3	39,7	38,5	37,5
5% mais ricos	30,2	30,8	30,0	28,2	29,8	30,1	28,5	27,2	26,6
1% mais ricos	12,6	12,2	12,0	11,1	12,5	12,9	11,5	11,0	10,6
<i>Índice de Gini</i>	0,500	0,510	0,505	0,484	0,492	0,491	0,473	0,462	0,452
<i>Índice T de Theil</i>	0,544	0,555	0,542	0,491	0,542	0,545	0,486	0,461	0,435
<i>Serviços</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	15,5	15,7	16,3	16,4	17,0	17,2	17,7	18,0	18,4
10% mais ricos	44,6	43,4	42,7	42,9	42,2	42,3	41,6	41,5	41,1
5% mais ricos	31,6	30,2	29,8	30,1	29,5	29,7	29,2	29,3	28,8
1% mais ricos	12,7	11,9	11,3	11,6	11,5	11,7	11,7	11,9	11,2
<i>Índice de Gini</i>	0,551	0,543	0,534	0,535	0,524	0,523	0,515	0,512	0,505
<i>Índice T de Theil</i>	0,624	0,594	0,571	0,584	0,555	0,557	0,549	0,550	0,526

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

A diminuição da disparidade na distribuição da renda em todos os setores é puxada principalmente pelo setor de serviços. As duas trajetórias são semelhantes e, em ambos os casos, o índice de Gini que mede a desigualdade de rendimentos cai quase que sistematicamente de cerca de 0,550, em 2001, para 0,500, em 2009. Conforme pode ainda se observar, ocorre um crescimento contínuo da participação dos 50% mais pobres na renda total, que passa de aproximadamente 15,5% para 18,4%. Na agricultura, a parcela da renda apropriada por esse estrato sobe apenas de 16,3% para 16,8%, e depois de chegar a seu menor valor de 15,9%, em 2006.

Como os estudos coincidem em destacar a concentração fundiária como o principal fator responsável pelas disparidades de renda na agricultura, é especialmente importante analisar as mudanças recentes nas principais características da distribuição da posse de terra.⁴ A Tabela 3 apresenta as principais características da distribuição da área dos empreendimentos agrícolas com base nas informações da PNAD. Nas estimativas os dados foram depurados realizando-se todas as exclusões sugeridas por Hoffmann e Ney (2010). Nota-se que não há uma tendência sistemática de mudança na área média dos empreendimentos agrícolas no país. Ela diminui de 48,2 ha, em 2001, para 46,6 ha, em 2009, mas depois de ocorrer um

⁴ Devido à falta de dados sobre a propriedade de capital, é usual medir o efeito do capital físico sobre a desigualdade utilizando apenas a variável posição na ocupação. A hipótese básica é a de que as diferenças de acesso à propriedade estão fortemente correlacionadas com a discriminação ocupacional: empregado, autônomo e empregador (ver LANGONI, 1973). Além dos fatores já considerados usualmente em equações de rendimentos ajustadas para o setor primário, Ney e Hoffmann (2003) estimaram equações de rendimentos para pessoas ocupadas na agricultura em que também incluíram, como variável explanatória, a área dos empreendimentos agrícolas. A contribuição marginal do capital físico, medido pela área e pela posição na ocupação, é 21,3%, valor substancialmente maior do que sua contribuição quando medido apenas pela inclusão da posição ocupacional (13,7%), como é comum na literatura.

significativo aumento para 53,7 ha em 2003, 55,2 ha em 2005 e 63,5 ha em 2006.

Tabela 3 - Principais características da distribuição da área dos empreendimentos agrícolas com área de 0,1 a menos de 10.000 ha. Brasil, 2001 a 2009

Estatísticas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
No na população (1.000)	4.058,1	4.071,9	4.110,0	4.079,5	3.968,8	3.878,7	3.419,9	3.377,1	3.285,7
Área total (106 ha)	195,5	201,8	220,5	196,6	219,0	246,3	152,0	170,6	153,0
Área média	48,2	49,6	53,7	48,2	55,2	63,5	44,4	50,5	46,6
<i>% da área apropriada pelos</i>									
50% menores	2,3	2,3	2,2	2,3	2,0	1,8	2,9	2,2	2,5
10% maiores	77,9	78,3	79,3	78,1	80,1	82,7	75,4	79,4	77,2
5% maiores	66,6	67,5	67,9	67,1	69,6	73,7	64,9	69,1	66,5
1% maior	38,6	41,3	38,4	38,9	40,8	48,6	39,0	41,9	39,1
Índice de Gini (G)	0,848	0,850	0,854	0,849	0,860	0,879	0,831	0,857	0,844
Índice de Atkinson (A)	0,851	0,851	0,859	0,850	0,866	0,883	0,833	0,862	0,850
Dual do T de Theil (U)	0,864	0,873	0,868	0,867	0,877	0,907	0,856	0,880	0,865

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Tendo em vista que a área do empreendimento é uma variável com distribuição muito desigual e assimétrica e que a amostra corresponde a cerca de 0,2% da população, a área média obtida com os dados da PNAD está sujeita a substancial erro de amostragem. A área mediana é uma medida de tendência central menos afetada por valores muito altos e é quase sempre igual a 6 ou 7 hectares. Quase sempre o primeiro quartil é igual a 2 hectares e o terceiro quartil é igual a 24 ou 25 hectares. Embora os dados da PNAD mostrem uma diminuição sistemática do número de pessoas com empreendimentos agrícolas a partir de 2003, por causa do aumento da área média não há uma diminuição contínua da área total ocupada, que em 2006 chega ao seu maior valor em todo o período analisado, 246,3 milhões de hectares.

Além do índice de Gini, foram estimadas duas medidas de desigualdade: o dual do T de Theil [$U=1-\exp(-T)$], relativamente mais sensível a mudanças na cauda superior da distribuição, e o índice de Atkinson [$A=1-\exp(-L)$], que é uma transformação monotonicamente crescente do L de Theil e mais sensível às mudanças na cauda inferior da distribuição. No período 2001-2009, os três índices, depois de apresentar oscilações expressivas, chegam ao seu valor máximo em 2006 e depois caem bruscamente em 2007, quando alcançam os seus menores valores nesse período (ver Tabela 3). Os dados da PNAD, portanto, não mostram tendência sistemática de redução ou aumento da concentração fundiária nos últimos anos.

A desigualdade fundiária no Brasil é altíssima: os 50% menores empreendimentos ocupam, em 2009, apenas 2,5% da área total agrícola declarada na PNAD, ao passo que os 10%, 5% e 1% maiores empreendimentos se apropriam, respectivamente, de 77,2%, 66,5% e 39,1% da área. Se considerarmos os dados a partir de 2001, não há aproximação da proporção da área ocupada por quem está na cauda direita da distribuição da posse da terra em comparação à proporção de quem está na cauda esquerda. A concentração da posse da terra é tão elevada que, em 2009, a área de 59,9 milhões de hectares ocupada pelos 1% dos maiores empreendimentos é 15,8 vezes superior à área de 3,8 milhões de hectares possuída pelos 50% menores.

Precariedade do emprego na agricultura, indústria e serviços

A Tabela 4 mostra a variação do valor real do salário mínimo e da renda média do trabalho na atividade principal, conforme a posição na ocupação e setor de atividade. A Figura 1, por sua vez, revela a razão entre a renda média do trabalho dos empregadores e empregados. Todos os

valores foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para Reais de setembro de 2009. Após a queda do rendimento médio das pessoas ocupadas, de 2001 a 2003, os dados mostram um crescimento sistemático da renda de mais de 20%, entre 2003 e 2009, que foi puxado principalmente pelo aumento dos salários dos empregados.

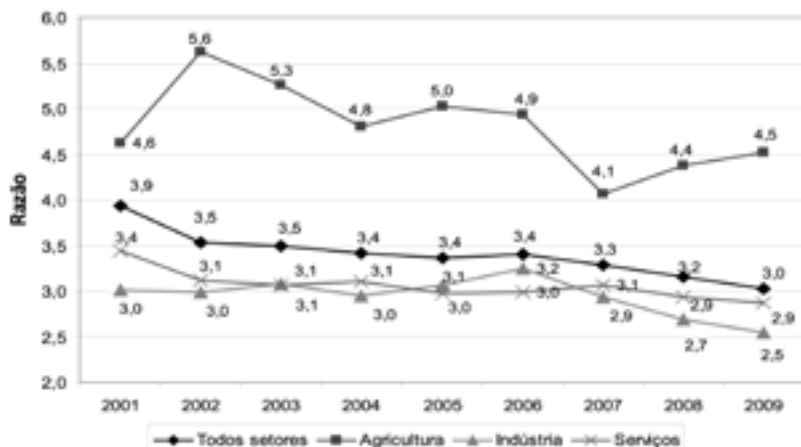
Tabela 4 - Variação do valor real médio,¹ em Reais de setembro de 2009, do salário mínimo e do rendimento da atividade principal das pessoas ocupadas com rendimento, conforme setor de atividade e posição na ocupação. Brasil, 2001 a 2009

Estatística	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Salário Mínimo</i>	310,0	313,4	321,9	329,5	361,4	410,2	424,7	432,9	465,0
<i>Todos os setores</i>	923,0	898,0	837,6	845,0	877,0	943,4	976,7	992,7	1.012,0
Empregado	798,2	835,0	780,2	791,3	825,4	886,6	920,4	935,9	967,8
Conta própria	831,7	703,1	658,9	661,4	667,1	701,1	793,5	762,7	767,1
Empregador	3.144,4	2.945,2	2.720,6	2.707,2	2.774,0	3.015,0	3.027,0	2.952,3	2.924,9
<i>Agricultura</i>	494,8	502,6	501,1	517,8	532,4	560,1	597,6	614,5	616,2
Empregado	356,7	360,6	350,6	375,8	402,0	426,3	466,0	505,1	491,7
Conta própria	429,2	420,3	424,8	445,8	419,9	447,8	567,6	507,0	536,5
Empregador	2.285,6	2.825,1	2.633,7	2.489,6	2.678,1	2.761,2	2.426,9	2.687,5	2.783,8
<i>Indústria</i>	982,9	943,3	883,9	868,0	915,1	984,5	1.000,3	1.013,1	1.028,7
Empregado	943,8	947,2	888,8	878,5	930,3	988,0	1.020,9	1.022,9	1.047,7
Conta própria	674,8	614,9	574,7	550,3	566,4	586,0	663,0	658,4	671,9
Empregador	2.957,8	2.818,7	2.718,4	2.564,0	2.808,2	3.195,0	2.939,3	2.722,7	2.616,9
<i>Serviços</i>	996,2	970,7	897,2	909,8	936,5	1.005,9	1.040,1	1.055,5	1.078,1
Empregado	808,9	865,3	806,3	821,0	848,6	911,8	942,2	956,7	997,9
Conta própria	1.045,1	898,7	828,4	827,8	843,6	886,4	963,7	939,9	926,0
Empregador	3.424,1	3.027,0	2.744,9	2.825,1	2.785,1	3.003,8	3.185,2	3.102,5	3.094,0

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

¹ Todos os rendimentos foram corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Figura 1 - Razão entre o rendimento médio na atividade principal dos empregadores e empregados, conforme setor de atividade. Brasil, 2001 a 2009



Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Entre 2001 e 2009, o ganho médio dos empregados, se comparado ao dos trabalhadores conta própria e empregadores, foi sempre o que mais aumentou: 21,2%, em todos os setores, 37,8%, na agricultura, 11%, na indústria e 23,4%, nos serviços. O coeficiente de correlação de Pearson do rendimento com o ano da PNAD é sempre positivo, 0,893, 0,952, 0,770, 0,903, respectivamente, e estatisticamente significativo ao nível de 1%, exceto no setor secundário cuja significância estatística é de 5%. No caso dos empregadores, a situação é bem diferente. O rendimento da categoria apresenta oscilações expressivas ao longo do tempo, não havendo qualquer tendência clara de crescimento. Na indústria e serviços, inclusive, os coeficientes de correlação da renda contra o tempo são negativos, mas não diferem estatisticamente de zero.

Mesmo com o maior crescimento percentual do salário médio dos empregados na agricultura, eles ganhavam,

em 2009, R\$ 491,70, valor ligeiramente superior ao salário mínimo de R\$ 465,00, e que corresponde ainda menos da metade dos ganhos dos empregados na indústria, R\$ 1.047,7, e serviços, R\$ 997,90. Já na comparação dos rendimentos médios dos empregadores, o das pessoas ocupadas no setor primário, R\$ 2.783,80, é maior do que o dos ocupados no setor secundário, R\$ 2.616,90, e 10% menor do que o do setor terciário, R\$ 3.094,00. O resultado é que o rendimento médio dos empregadores chega a ser 4,5 vezes maior do que o dos empregados na agricultura, valor que cai para 2,9 vezes nos serviços e 2,5 vezes na indústria (ver Figura 1).

A razão entre a renda média dos empregadores e a dos empregados, na agricultura, oscila bastante, mas ainda existe, de 2001 a 2009, uma tendência decrescente que produz um coeficiente de correlação contra o tempo de 0,619 e estatisticamente significativo a 10%. As oscilações podem ser explicadas pelas fortes flutuações no nível de renda dos empregadores. Apesar da tendência à queda da razão, o seu valor estimado de 4,5, em 2009, é bem próximo dos 4,6 estimados, em 2001. Além disso, ela cresceu substancialmente de 2007 a 2009. O contraste entre as duas posições na ocupação só diminui de forma clara no setor de serviços, e na indústria se inicia um movimento de diminuição a partir de 2006.

Prado Júnior (1979), além de defender uma política de reforma agrária que reduzisse a enorme desigualdade na distribuição da terra no Brasil, afirmava que era necessário a introdução de uma legislação social-trabalhista específica para proteger o trabalhador do campo. O dispositivo legal criado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, era visto como uma política de suma importância para o processo de reforma agrária do país, pois melhoraria as precárias condições de trabalho e o baixo nível de renda dos empregados na agricultura, sendo

visto inclusive como um complemento da lei que aboliu a escravidão.

Não é nosso objetivo aqui fazer uma análise histórica da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural. Pretende-se apenas destacar que, tal como afirmara Prado Júnior (1979), em seu livro *A questão agrária no Brasil*, a enorme concentração fundiária, que inclusive tem se mostrado estável ao longo dos últimos anos, não deve ser vista como o único responsável pelas grandes desigualdades sociais ainda hoje presentes no meio rural, particularmente no que se refere à distribuição da renda agrícola. Para a política de reforma agrária, entendida como a criação de condições que assegurem melhor qualidade de vida aos trabalhadores agrícolas, tal como era vista pelo autor, talvez ainda seja necessário hoje o aumento da aplicação dos mecanismos legais que impeçam os proprietários de terra a continuarem cerceando os direitos de seus empregados.

Um dos desafios encontrados é o fato de que boa parte do trabalho gerado na atividade agrícola é sazonal, fazendo com que uma proporção elevada do emprego gerado seja temporário. E a situação não tem melhorado na última década (ver Tabela 5). Do total de empregados na atividade, o percentual com trabalho temporário sobe de 45,3%, em 2001, para 49,3%, em 2006, e depois cai para 44,8%, em 2009, variando em torno de uma média de 47,3%, durante todo o período analisado. Em 2009, eram mais de 2 milhões de empregados temporários em atividades agrícolas, sendo que mais de 1,4 milhão deles ganhavam menos de 1 salário mínimo (R\$ 465,00). Entre os agricultores com salário inferior a esse valor, 71% eram empregados temporários, em 2009, valor ligeiramente superior a participação observada de 70%, em 2001 (ver Figura 2).

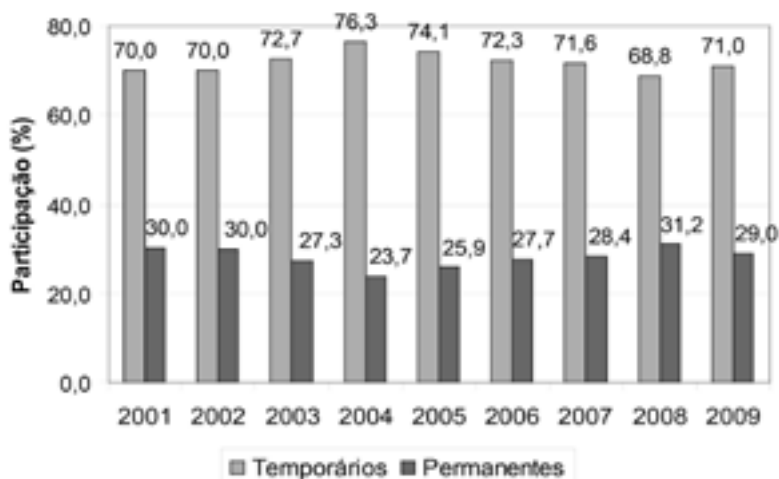
Tabela 5 - Porcentagem de empregados temporários e proporção de empregados com renda inferior a 1 salário mínimo (SM) entre empregados temporários e permanentes, no setor agrícola. Brasil, 2001 a 2009

Estatística	% de Temporários	% entre Temporários		% entre Permanentes		% no Total	
		Menos de 1 SM	A partir de 1 SM	Menos de 1 SM	A partir de 1 SM	Menos de 1 SM	A partir de 1 SM
2001	45,3	68,4	31,6	24,3	75,7	44,3	55,7
2002	46,9	62,8	37,2	23,8	76,2	42,1	57,9
2003	49,9	64,8	35,2	24,1	75,9	44,4	55,6
2004	50,4	65,2	34,8	20,5	79,5	43,1	56,9
2005	49,2	64,0	36,0	21,7	78,3	42,5	57,5
2006	49,3	66,7	33,3	24,8	75,2	45,5	54,5
2007	46,8	65,7	34,3	22,9	77,1	43,0	57,0
2008	43,1	66,6	33,4	22,9	77,1	41,7	58,3
2009	44,8	70,9	29,1	23,5	76,5	44,7	55,3

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Nota-se ainda que a proporção de quase $\frac{1}{4}$ dos empregados permanentes com renda menor do que o salário mínimo, embora muito inferior à de 70,9% observada entre os empregados temporários, em 2009, também é bastante elevada (ver Tabela 5). A situação se torna ainda mais preocupante se for observado o fato de que em ambos os casos as proporções não apresentam tendência à queda. O resultado é que o percentual de empregados na agricultura com salário inferior ao menor valor permitido por lei, em todo o período analisado, varia em torno de uma média de 43,5%, chegando a um valor máximo de 45,5%, em 2006, e um mínimo de 41,7%, em 2008.

Figura 2 - Participação percentual dos empregados temporários e permanentes no total de empregados com renda na atividade principal inferior a um salário mínimo, no setor agrícola. Brasil, 2001 a 2009



Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

A pouca aplicação da lei trabalhista entre os trabalhadores temporários no campo tende a diminuir substancialmente o efeito que o aumento do valor real do salário mínimo poderia ter na diminuição da desigualdade de rendimentos na agricultura, conforme foi demonstrado pelo estudo de Hoffmann (2010). Os dados apresentados pelo autor, que analisa exclusivamente a desigualdade na distribuição da renda entre os empregados no setor agrícola, indicam que, de 2001 a 2008, o aumento do valor real do salário mínimo foi direcionado “para os estratos mais elevados da distribuição dos rendimentos e para os segmentos mais estruturados do mercado de trabalho, aumentando a desigualdade entre os empregados temporários” (HOFFMANN, 2010: 10). Além disso, não houve tendência de queda na desigualdade de salários entre os trabalhadores temporários e permanentes.

Estudos comprovam que o salário mínimo tem uma função importante na determinação dos salários da mão de obra pouco qualificada. E o mesmo acontece no setor primário (STADUTO *et alii*, 2002; CUNHA, 2008; OLIVEIRA, 2009). Nesse sentido, poderia se esperar que um aumento de quase 50% no valor real do salário mínimo, entre 2001 e 2009, provocasse uma brusca redução da desigualdade na distribuição de renda entre os empregados. Mas não é o que acontece. A agricultura é, por exemplo, a única atividade em que os índices de Gini e de *T* de Theil, que medem a desigualdade na distribuição da renda entre os empregados, não apresentam tendência à queda (ver Tabela 6). O coeficiente de correlação do índice de Gini com o ano da PNAD, por exemplo, é de: 0,929 e estatisticamente significativo a 1%, em todos os setores; 0,013 e que não difere estatisticamente de zero, na agricultura; 0,964 e estatisticamente significativo a 1%, na indústria; e 0,778 e estatisticamente significativo a 5%, nos serviços.

Por outro lado, considerando apenas a distribuição de renda entre os empregados, o setor primário é o menos desigual. Em 2009, a proporção da renda total dos empregados apropriada pelos 50% mais pobres é de 26,9%, valor substancialmente maior do que a proporção de 23,9% observada na indústria e 20,6% nos serviços. Na cauda superior da distribuição, por sua vez, o 1% mais rico se apropria, respectivamente, de 5,6%, 9,3% e 10,4% de toda a renda salarial (ver Tabela 6).

Conhecidas as características da distribuição da renda, é possível estabelecer uma linha divisória que separa os indivíduos relativamente pobres e ricos. Embora seja inevitável algum grau de arbitrariedade na forma como se define a linha divisória, ela pode ser estabelecida utilizando-se uma medida de desigualdade. Segundo Hoffmann (2005a), admitindo que as pessoas foram ordenadas conforme valores crescentes da renda, qualquer aumento no rendimento

de uma pessoa com renda muito baixa reduzirá o valor de uma medida de desigualdade que atenda o critério de Pigou-Dalton. Por outro lado, qualquer acréscimo no rendimento de uma pessoa com renda muito alta elevará o valor da mesma medida de desigualdade. Há um valor de renda para o qual ocorre a mudança de sinal, que é o limite entre os relativamente pobres e ricos, aqui representado por λ .

Tabela 6 - Principais características da distribuição da renda do trabalho na atividade principal dos empregados, conforme setor de atividade. Brasil, 2001 a 2009

Estatísticas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Todos os setores</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	19,1	18,2	19,0	19,4	19,9	20,2	20,7	21,1	21,4
10% mais ricos	39,7	41,3	40,2	39,8	39,4	39,4	38,8	38,3	38,2
5% mais ricos	28,2	29,1	28,2	28,0	27,6	27,7	27,3	26,9	26,7
1% mais rico	11,3	11,2	10,8	10,7	10,7	10,7	10,8	10,5	10,3
Índice de Gini	0,489	0,505	0,492	0,487	0,480	0,477	0,469	0,461	0,459
Índice T de Theil	0,496	0,520	0,492	0,486	0,474	0,471	0,461	0,446	0,438
<i>Agricultura</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	26,5	27,0	27,6	27,6	26,9	27,1	27,0	26,8	26,9
10% mais ricos	27,7	28,0	26,4	26,8	27,5	26,3	27,1	27,9	26,2
5% mais ricos	18,1	18,6	16,6	17,3	18,2	16,7	17,6	18,5	16,5
1% mais rico	7,0	7,6	5,9	6,6	7,7	6,2	6,9	7,3	5,6
Índice de Gini	0,362	0,360	0,343	0,347	0,359	0,348	0,355	0,363	0,353
Índice T de Theil	0,254	0,264	0,222	0,233	0,269	0,230	0,246	0,260	0,228
<i>Indústria</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	20,2	20,0	20,6	21,8	21,7	22,0	22,5	23,2	23,9
10% mais ricos	40,3	41,0	39,7	37,7	38,6	38,1	37,9	36,3	35,6
5% mais ricos	28,7	29,1	27,9	26,1	27,3	26,8	26,7	25,3	24,8
1% mais rico	11,5	10,9	10,7	9,7	10,5	10,1	10,2	9,5	9,3
Índice de Gini	0,480	0,484	0,472	0,448	0,454	0,448	0,441	0,426	0,416
Índice T de Theil	0,493	0,491	0,465	0,416	0,439	0,425	0,416	0,382	0,368

<i>Serviços</i>									
<i>% da renda apropriada pelos</i>									
50% mais pobres	19,2	17,8	18,7	18,6	19,4	19,6	20,1	20,3	20,6
10% mais ricos	38,9	40,8	39,8	40,5	39,5	39,6	39,1	39,1	39,0
5% mais ricos	27,3	28,5	27,8	28,3	27,4	27,7	27,3	27,4	27,3
1% mais rico	10,8	10,8	10,5	10,9	10,5	10,7	10,8	10,8	10,4
<i>Índice de Gini</i>	0,485	0,507	0,495	0,499	0,485	0,485	0,477	0,474	0,472
<i>Índice T de Theil</i>	0,478	0,514	0,489	0,504	0,476	0,480	0,473	0,469	0,459

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

O índice de Gini é a medida de desigualdade sintética mais utilizada em estudos sobre distribuição de renda. Para uma distribuição com índice de Gini igual a G , a linha divisória, ou seja, o limite (λ) é o percentil de ordem:

$$\frac{1+G}{2} \times 100\%$$

Considerando que os índices de Gini estimados, em 2009, para a desigualdade de renda entre os empregados em todos os setores, na agricultura, na indústria e nos serviços são, respectivamente, de 0,459, 0,353, 0,416, 0,472, os valores de renda que correspondem ao limite λ (separa os menores e maiores salários) são, respectivamente, percentil 73, percentil 68, percentil 71 e percentil 74. Será então definido, por aproximação, que quem tem rendimento entre os 30% maiores salários, na agricultura e na indústria, e entre os 25% maiores salários, em todos os setores e no setor de serviços, pertence aos relativamente ricos, e que os 70% e 75% restantes são os relativamente pobres.

Mesmo ganhando apenas 1,2 salário mínimo, todos os empregados com rendimentos maiores ou iguais a R\$ 545,00 estão entre os mais bem pagos na agricultura, em 2009. O valor do percentil 90, por sua vez, é de apenas R\$ 900,00, o que significa que menos de 10% dos empre-

gados na atividade ganhavam 2 salários mínimos ou mais. Dessa forma, qualquer aumento no nível de renda de quem ganha apenas de 1,2 a 2 salários mínimos, mesmo podendo ser considerado um trabalhador relativamente mal remunerado em todos os setores de atividade, contribuiria para aumentar a desigualdade entre empregados no setor primário. Para estar entre os trabalhadores com maiores salários em todos os setores, na indústria e nos serviços, é necessário receber, respectivamente, a partir de R\$ 1.000,00, R\$ 990,00 e R\$ 1.000,00.

O nível de produtividade do trabalho, em uma economia capitalista, não constitui o único fator determinante do valor dos salários. Um aumento na aplicação das leis trabalhistas no campo deve alterar as relações de trabalho em benefício do empregado. Do total de empregados com remuneração na agricultura, em 2009, 64% não tinham carteira de trabalho assinada, proporção que cai bruscamente para 24,3%, na indústria, e 35%, nos serviços (ver Tabela 7). De acordo com estudo de Ney *et alii* (2009), em todos os setores de atividade é alta a proporção de indivíduos que ganham menos de 1 salário mínimo entre as pessoas sem carteira de trabalho assinada: 65,9% na agricultura, 34,8% na indústria, e 44,5% no setor de serviços. A grande maioria desse tipo de trabalhador na agricultura, portanto, ainda não se beneficia da política de salário mínimo. No caso dos indivíduos com carteira assinada, o percentual de pessoas com menos de 1 salário mínimo é inferior a 2%, em cada um dos três setores da economia.⁵

⁵ Para ser mais preciso, entre os empregados com carteira de trabalho assinada, a proporção de quem ganhava menos de 1 salário mínimo era de apenas 0,9% na agricultura, 0,3% na indústria e 1,1% nos serviços.

Tabela 7 - Proporção de empregados que ganham menos de 1 salário mínimo (SM) e sem carteira de trabalho assinada,¹ conforme setor de atividade. Brasil, 2001 a 2009

Estatística	Todos os Setores		Agricultura		Indústria		Serviços	
	Sem Carteira	Menos de 1 SM	Sem Carteira	Menos de 1 SM	Sem Carteira	Menos de 1 SM	Sem Carteira	Menos de 1 SM
2001	40,9	16,8	71,5	44,3	30,4	8,8	40,4	15,7
2002	40,5	16,6	70,4	42,1	31,3	8,5	39,4	15,7
2003	39,3	18,2	69,9	44,4	30,1	10,2	38,0	17,1
2004	39,4	18,2	67,7	43,1	28,8	9,4	39,1	17,8
2005	38,6	17,5	67,5	42,5	27,9	9,1	38,4	16,9
2006	37,8	18,7	66,1	45,5	27,7	10,3	37,7	18,1
2007	36,3	17,4	64,0	43,0	26,2	9,4	36,5	17,1
2008	35,2	17,6	60,8	41,7	25,1	9,7	35,9	17,6
2009	34,8	17,8	64,0	44,7	24,3	9,4	35,0	17,6

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

¹ Como faz o próprio IBGE na variável V4706, os “funcionários públicos estatutários” não são classificados como “empregados sem carteira de trabalho assinada”.

Em cada um dos três setores de atividade, observa-se uma nítida tendência de queda na proporção de trabalhadores sem carteira assinada. Na comparação de 2009 com 2001, a maior variação percentual aconteceu na indústria, -20,1%, seguida pelos serviços, -13,4%, e pela agricultura, -10,5%. Dessa forma, seria de se esperar que também houvesse uma redução na proporção de empregados que ganham menos de 1 salário mínimo. Mas curiosamente não é o que acontece. Em nenhum dos três setores de atividade se observa qualquer tendência de diminuição na participação desse tipo de emprego. No setor de serviços, inclusive, ocorre o contrário, sendo o coeficiente de correlação da proporção de empregados que recebem menos de 1 salário mínimo com o tempo igual a 0,720 e estatisticamente significativo a 5%.

O motivo para um comportamento tão diferente é que o aumento da participação dos postos de trabalho com carteira assinada beneficiou quase exclusivamente as pessoas que já tinham renda maior ou igual a 1 salário mínimo. Conforme pode se observar na Tabela 8, a porcentagem de pessoas com renda superior ao salário mínimo e sem carteira assinada, em todos os setores, cai sistematicamente de 25,1%, em 2001, até chegar a 17,4%, em 2009. A proporção de empregados com rendimento superior ao salário mínimo e com carteira assinada, por sua vez, sobe sistematicamente de 58,1% para 64,8%.

Tabela 8 - Proporção de empregados com renda na atividade principal inferior a 1 salário mínimo (< 1 SM) e a partir de 1 salário mínimo (≥ 1 SM), e com carteira e sem carteira de trabalho assinada,¹ na agricultura e em todos os setores de atividade. Brasil, 2001 a 2009

Estatística	Todos setores				Agricultura			
	< 1 SM e sem carteira	< 1 SM e com carteira	≥ 1 SM e sem carteira	≥ 1 SM e com carteira	< 1 SM e sem carteira	< 1 SM e com carteira	≥ 1 SM e sem carteira	≥ 1 SM e com carteira
2001	15,9	1,0	25,1	58,1	42,4	1,9	29,2	26,6
2002	15,6	1,0	24,9	58,5	40,3	1,8	30,1	27,8
2003	17,1	1,1	22,2	59,6	42,7	1,7	27,2	28,5
2004	17,5	0,7	21,9	59,9	42,1	0,9	25,6	31,3
2005	16,9	0,6	21,7	60,8	42,1	0,5	25,4	32,1
2006	18,0	0,7	19,8	61,6	45,0	0,5	21,1	33,4
2007	16,8	0,6	19,4	63,2	42,6	0,3	21,3	35,7
2008	17,0	0,6	18,2	64,3	41,1	0,6	19,7	38,6
2009	17,3	0,5	17,4	64,8	44,2	0,6	19,8	35,5

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

¹ Como faz o próprio IBGE na variável V4706, os “funcionários públicos estatutários” não são classificados como “empregados sem carteira de trabalho assinada”.

Os empregados com condições de trabalho mais precárias, os que ganhavam menos de 1 salário mínimo e não tinham carteira assinada, ao que parece se beneficiaram muito pouco do aumento do número de postos de trabalho com carteira assinada. Nota-se que, em todos os setores, não há qualquer tendência de queda na participação desse tipo de emprego, sendo inclusive os 17,3% de empregados sem carteira assinada e com menos de 1 salário mínimo, em 2009, um valor ligeiramente superior à proporção de 15,9% observada, em 2001.

Na agricultura, os dados da Tabela 8 mostram uma tendência semelhante à observada em todos os setores, ou seja, que o aumento da participação dos postos de trabalho com carteira assinada teria beneficiado muito pouco as pessoas com renda inferior ao salário mínimo. De qualquer forma, a proporção de 44,2% de agricultores empregados com condições de trabalho mais precárias é mais de 2,5 vezes superior à de 17,3% estimada para todos os setores, o que mostra a maior necessidade de se buscar a conscientização da população rural da importância de defender seus direitos e de se ampliar a fiscalização contra a precariedade do trabalho no campo.

Considerações finais

Os dados mostram que a desigualdade de renda na agricultura não só é mais alta como também tem se revelado muito mais resistente à queda do que na indústria e no setor de serviços. Embora a concentração fundiária, considerada, na literatura, como o principal determinante da desigualdade de renda agrícola, esteja bastante estável nos últimos anos, a reforma agrária não é a única política que pode contribuir para a redução das disparidades de renda na atividade. Tal como defendera Prado Júnior (1979), ainda é necessário aumentar a aplicação dos meca-

nismos legais que protegem a renda dos trabalhadores e impedir que proprietários agrícolas cerceiem os direitos de seus empregados.

Houve um crescimento significativo da renda real média dos empregados na agricultura de 37,8%, ao passo que o ganho médio dos empregadores apresentou fortes oscilações e não tendeu a aumentar ao longo do tempo. Embora tenha sido observada uma tendência decrescente na razão entre a renda média dos empregadores e a dos empregados, o seu valor estimado de 4,5, em 2009, é bem próximo dos 4,6 estimados, em 2001, porque houve um crescimento substancial no valor da razão de 2007 a 2009. A diferença entre as duas posições na ocupação só diminuiu de forma clara no setor de serviços, e na indústria se inicia um movimento de diminuição a partir de 2006. Enquanto o rendimento médio dos empregadores, em 2009, é 4,5 vezes maior do que o dos empregados na agricultura, a diferença cai para 2,9 vezes nos serviços, e 2,5 vezes na indústria.

A explicação para a maior diferença entre a renda média dos empregadores e empregados na agricultura pode ser em boa parte encontrada na precariedade do emprego, a qual também explica a estabilidade da desigualdade na distribuição da renda entre os empregados na atividade. Do total de pessoas ocupadas como empregados na agricultura, em 2009, 44,7% ganhavam menos de 1 salário mínimo, proporção bem maior do que a de 9,4% na indústria e 17,6%, nos serviços. Em cada um dos três setores, houve crescimento da participação do emprego com carteira assinada, mas ele beneficiou, sobretudo, as pessoas que já tinham rendimentos maiores ou iguais ao salário mínimo, e não se refletiu em uma redução na proporção de empregados que ganham menos do que esse valor. Como a participação do trabalho mais precário, o que ganha menos de 1 salário mínimo e não tem carteira assinada, é de mais

de 40% na agricultura, o resultado é uma forte estabilidade da desigualdade de renda entre empregados.

Um dos grandes desafios a ser enfrentado é, sem dúvida, a alta sazonalidade do trabalho agrícola. Boa parte do emprego gerado na atividade, para ser mais específico 44,8%, em 2009, é temporário, proporção que não tende a diminuir na última década. Tal particularidade da agricultura dificulta a aplicação da legislação que protege o trabalhador, sendo que mais de 70% dos empregados temporários, por exemplo, recebem menos de 1 salário mínimo. Outro problema, embora bem menor do que em relação aos trabalhadores temporários, é a proporção também bastante elevada de quase $\frac{1}{4}$ dos empregados permanentes com renda inferior ao menor salário permitido por lei. E também nesse caso ela não tem diminuído nos últimos anos.

Referências bibliográficas

- BARROS, R. P., CARVALHO, M., FRANCO, S. e MENDONÇA, R. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. *Texto para Discussão* n. 1460, IPEA, Rio de Janeiro, 2010.
- BARROS, R. P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para Discussão* n. 800, IPEA, Rio de Janeiro, 2001.
- CUNHA, M. S. Os empregados da agricultura brasileira: diferenciais e determinantes salariais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 3, 2008.
- HOFFMANN, R. Desigualdade de rendimentos entre os empregados na agricultura brasileira de 1992 a 2008: o efeito do salário mínimo. *Anais do XLVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campo Grande, 2010.
- _____. Distribuição da renda no Brasil: mudanças de 2002 para 2003 e a delimitação dos relativamente ricos. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2005a.

- _____. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. *Economia* (ANPEC), v. 6, n. 2, julho de 2005b, p.255-289.
- HOFFMANN, R. e NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. *Econômica*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, junho de 2008, p. 7-39.
- _____. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, jul./dez. de 2004.
- _____. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007*. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Indicadores sociais. Brasília: IPEADATA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.
- NEY, M. G. e HOFFMANN, R. *Agricultura e a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Mimeo, EDUFV, Viçosa, 2011.
- NEY, M. G., SOUZA, P. M. e PONCIANO, N. J. Perfil educacional e fundiário do setor agrícola brasileiro. *Agenda Social*, Campos dos Goytacazes, v. 3, n. 2, mai./ago. de 2009. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda_Social>.
- OLIVEIRA, F. C R. *Ocupação e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada, Departamento de Economia da ESALQ-USP, Piracicaba, 2009.
- PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- STADUTO, J. A. R., BACHA, C. J. C. e BACCHI, M. R. P. Determinação dos salários na agropecuária brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 32, n. 2, agosto de 2002, p.285-321.

NEY, Marlon Gomes, Paulo Marcelo de Souza e Niraldo José Ponciano. Desigualdade de renda e mudanças recentes na precariedade do emprego na agricultura, indústria e serviços. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2011, vol. 19, n. 2, p. 314-343, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Desigualdade de renda e mudanças recentes na precariedade do emprego na agricultura, indústria e serviços*). Utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 a 2009, o artigo analisa as mudanças recentes na desigualdade de renda na agricultura, indústria e serviços, por meio de um estudo comparativo de algumas características do emprego em cada setor de atividade: participação do trabalho temporário e permanente, do emprego com e sem carteira de trabalho assinada, e com menos de 1 salário mínimo. Os dados revelam que a desigualdade na agricultura é mais alta e resistente à queda não só por causa da estabilidade da estrutura fundiária, mas também pela elevada participação do emprego precário.

Palavras-chave: desigualdade, emprego, agricultura, estrutura fundiária.

Abstract: (*Income inequality and recent changes in precarious employment conditions in agriculture, industry and services*). Using microdata from the PNAD (The National Household Sample Survey) from 2001 to 2009, the article analyzes recent changes in income inequality in agriculture, industry and services, through a comparative study of some characteristics of employment in each sector: participation of temporary and permanent employment, with and without a formal contract, and less than a minimum wage. The data show that inequality is highest in agriculture and resistant to decline not only because of the stability of the prevailing agrarian structure, but also due to the high proportion of precarious employment.

Key words: inequality, employment, agriculture, agrarian structure.